TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

# TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

11/03/2026

# SUMÁRIO


| | |
|---|---|
| TCE-GO promove evento dedicado a políticas públicas e direitos das mulheres em Goiânia | 3 |
| Passado, presente e futuro | 4 |
| Defensoria Pública do Estado quer ampliar seu teto de gastos em R$ 99,5 milhões | 8 |
| Alego pressiona por mais R$ 110 milhões no teto de gastos | 10 |

# TCE-GO promove evento dedicado a políticas públicas e direitos das mulheres em Goiânia

Visualização da notícia

A Redação

Goiânia – O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) realiza o evento “TCE-GO Por Elas & Para Elas”, no dia 27 de março, em Goiânia. O evento é dedicado a políticas públicas e direitos das mulheres. Entre as palestrantes estará Sônia Guimarães, a primeira mulher a integrar o departamento de física do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Além das barreiras de gênero, a trajetória de Sônia traz também a luta contra barreiras raciais: ela é a primeira brasileira negra a se tornar doutora em Física.

Durante o evento, a professora ministrará a palestra “Do direito à efetividade: superando barreiras estruturais para a garantia dos direitos das mulheres”, às 10h. A programação também inclui roda de conversa intitulada “Vozes e vivências: desafios das mulheres nos espaços social, político e profissional”, com a participação da desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO) Alice Teles de Oliveira; da secretária de Igualdade e Equidade Étnico-Racial do município de Goiás-GO, Elenízia da Mata; da consultora da Federação das Indústrias do Estado (Fieg) Sayonara Brotherood, e mediação da secretária de Projetos Especiais da Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), Dra. Cristina Lopes.

À tarde, outras duas palestras, ambas sobre políticas públicas para mulheres, completam a programação. Elas serão ministradas pela secretária de Controle Externo do TCE-GO, Ana Paula Rocha, e pela superintendente da Mulher e da Igualdade Racial da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social ( Seds ), Evelin Geordana Rodrigues dos Santos. A palestra magna, prevista para 9h, será confirmada nos próximos dias.

“Esse evento surgiu da importância de se ampliar o debate sobre as políticas públicas voltadas às mulheres, especialmente em um momento tão delicado, marcado pelo aumento da violência e por tantos outros desafios que ainda afetam a vida de muitas de nós. O objetivo é também reforçar o importante papel que os tribunais de contas exercem na avaliação dessas políticas, contribuindo para identificar desafios, melhorar resultados e fortalecer a gestão”, destacou Ana Paula Rocha. O encerramento do evento será musical e, claro, feminino! As apresentações ficarão por conta da cantora Grace Carvalho e da DJ Pri Loyola.

Passado, presente e futuro

Visualização da notícia

MAGAZINE

Wesley Costa



**DONA FIFIA:** "Eu vou fazer uma palestra sobre o período entre a criação do Conservatório de Música, em 1956, e a criação da Universidade, em 1960"

# Passado, presente e futuro

Wildes Barbosa



Flávia Cruvinel: "Estamos inaugurando essa série de comemorações"

**HOMENAGEM** Dona Fifia, uma das fundadoras do Conservatório Goiano de Música, é homenageada nesta terça-feira (10) no aniversário de 70 anos da Escola de Música da UFG

**Luisa Guimarães**
luisa.guimaraes@opopular.com.br

Em 1956, o grupo formado pelo maestro belga Jean Douliez e as amigas Maria Lucy da Veiga Teixeira, Belkiss S. Carneiro de Mendonça, Maria Luiza Póvoa da Cruz, Maria das Dores Ferreira e Dalva Maria Pires Machado Bragança se uniu para criar o Conservatório Goiano de Música que, alguns anos mais tarde, seria incorporado à UFG como Escola de Música. Nesta terça-feira (10), uma programação especial abre oficialmente as comemorações dos 70 anos da escola com a presença de uma das suas fundadoras: Maria Lucy, a Dona Fifia, de 99 anos, homenageada do evento.

A partir das 15 horas, o Teatro Belkiss Spencière Carneiro de Mendonça recebe a agenda comemorativa, com apresentação de um miniconcerto da Orquestra Sinfônica da UFG, sob regência do maestro Alexandre Gonçalves, e participação do Coro Sinfônico, sob a direção do professor Adriano Pinheiro. "Eu vou fazer uma palestra sobre o período entre a criação do Conservatório de Música, em 1956, e a criação da Universidade, em 1960", conta Dona Fifia, a única entre os fundadores que está viva.

O ano de 2026 marca também o centenário da musicista e professora emérita, pioneira e nome fundamental para se pensar a música em Goiás. Nascida na cidade de Goiás, em 26 de maio de 1926, Dona Fifia conquistou seu espaço como pianista e professora de canto coral em uma Goiânia que estava crescendo a cada ano. Cursou canto orfeônico no Rio de Janeiro sob orientação de Villa-Lobos e piano com João Baptista Julião, em São Paulo.

"O minirrecital homenageia a Dona Fifia com destaque para o canto de coral, pela importância dela no ensino à frente dos coros do Conservatório Goiano de Música (1956-60), da Escola Técnica Federal (1955-76) e, de 1960 a 1983, do Coral da Universidade Federal de Goiás (UFG). É uma das pessoas que formou vários regentes e o repertório criado por ela ainda hoje é tocado na nossa escola", comenta a professora Flávia Cruvinel, coordenadora da programação dos 70 anos da Escola de Música da UFG.

A relação de Dona Fifia com a música vem de berço. É filha de Julio Alencastro Veiga, violinista da Orquestra Ideal, que fazia trilha sonora para o cinema mudo da época. Aos 4 anos, Maria Lucy começava a estudar música, que sempre fez parte do cotidiano de sua casa, que recebia os ensaios da orquestra. "Ela é inspiradora. Aos 99 anos, ainda toca de ouvido. É uma pessoa incrível", comenta Flávia.

Além de musicista e memória viva da construção da formação de música em Goiás, Dona Fifia é mãe, avó e bisavó. Tem 7 filhos, 11 netos e 17 bisnetos e gosta de aproveitar as tardes tomando um cafezinho e comendo um biscoito de queijo em seu apartamento no Setor Oeste, pertinho da Praça do Sol. Flávia Cruvinel aponta que o ano de 2026 será marcado por muito mais homenagens à trajetória de Maria Lucy, em razão de seu centenário. "Estamos inaugurando essa série de comemorações que, com certeza, vai acontecer".

Maria Lucy é membro titular da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (Aflag) e da Academia Nacional de Música do Rio de Janeiro. Como compositora, é autora de hinos como o da Academia Feminina de Letras de Goiás e do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, além de ter criado diversos arranjos para coral.

## Memória e tradição

Em Goiás, Maria Lucy Veiga Teixeira formou diversas gerações de músicos e tem o privilégio de celebrar seus 100 anos de idade junto às sete décadas do corajoso projeto do Conservatório de Música. "Éramos cinco mulheres, todas nascidas mais ou menos na década de 1930. A Escola de Música e, consequentemente, do Conservatório, era um sonho nosso", conta.

Para tirar esse sonho do papel, no entanto, foi preciso uma força-tarefa. Na época, o conservatório não tinha uma sede oficial para funcionar, muito menos recursos para investir na ideia. As primeiras aulas eram realizadas na Faculdade de Direito, localizada na Rua 20, em salas que eram emprestadas durante as tardes e noites. Com a criação da Universidade Federal de Goiás, conseguiram incorporar o conservatório à rede de ensino, junto com a Faculdade de Farmácia, Direito e Medicina.

Deu-se início ali o nascimento da Escola de Música e Artes Cênicas, a Emac. "O forte movimento da música no Estado de Goiás foi protagonizado por uma figura muito importante, que é Nhanhá do Couto, na primeira metade do século 20. Ela sempre imaginou e desejou uma escola de música forte no nosso Estado, e isso veio a se concretizar por intermédio de um protagonismo forte e muito importante da sua neta, Belkiss", conta Eduardo Meirinhos, diretor da escola.

Desde que foi fundada, a Escola de Música tem passado por transformações importantes relacionadas ao seu crescimento, comenta o diretor. "Atualmente, uma divisão originou uma nova unidade acadêmica, o Instituto de Artes da Cena, e nós voltamos a ser a Escola de Música", diz. "Nós completamos agora os nossos 70 anos em uma homenagem de gratidão às pessoas que protagonizaram a escola grande e forte que é hoje a Escola de Música da UFG. Somente com vistas ao passado é que nós podemos mais firmemente dar os nossos passos em direção ao futuro", destaca.

Ao longo do ano, as celebrações seguem. "A cada mês, vamos convidar um professor ou professora que não está nos quadros ativos para uma palestra, fazendo esse intercâmbio de memória e tradição com as novas gerações", comenta Flávia. "O desemboque vai ser de outubro a novembro, com os Festivais Unificados, que marcam também o fato de a escola voltar a ser somente Escola de Música", adianta.

**Evento:** 70 anos da Escola de Música - Homenagem a Maria Lucy Veiga Teixeira
**Data:** Nesta terça-feira (10)
**Horário:** 15 horas
**Local:** Teatro Belkiss Spencière Carneiro de Mendonça - Escola de Música, Câmpus Samambaia
**Entrada gratuita**

HOMENAGEM Dona Fifia, uma das fundadoras do Conservatório Goiano de Música, é homenageada nesta terça-feira (10) no aniversário de 70 anos da Escola de Música da UFG

Luisa Guimarães luisa.guimaraes@opopular.com.br

Em 1956, o grupo formado pelo maestro belga Jean Douliez e as amigas Maria Lucy da Veiga Teixeira, Belkiss S. Carneiro de Mendonça, Maria Luiza Póvoa da Cruz, Maria das Dores Ferreira e Dalva Maria Pires Machado Bragança se uniu para criar o Conservatório Goiano de Música que, alguns anos mais tarde, seria incorporado à UFG como Escola de Música. Nesta terça-feira (10), uma programação especial abre oficialmente as comemorações dos 70 anos da escola com a presença de uma das suas fundadoras: Maria Lucy, a Dona Fifia, de 99 anos, homenageada do evento. A partir das 15 horas, o Teatro Belkiss Spencière Carneiro de Mendonça recebe a agenda comemorativa, com apresentação de um miniconcerto da Orquestra Sinfônica da UFG, sob regência do maestro Alexandre Gonçalves, e participação do Coro Sinfônico, sob a direção do professor Adriano Pinheiro. “Eu vou fazer uma palestra sobre o período entre a criação do Conservatório de Música, em 1956, e a criação da Universidade, em 1960”, conta Dona Fifia, a única entre os fundadores que está viva.

O ano de 2026 marca também o centenário da musicista e professora emérita, pioneira e nome fundamental para se pensar a música em Goiás. Nascida na cidade de Goiás, em 26 de maio de 1926, Dona Fifia conquistou seu espaço como pianista e professora de canto coral em uma Goiânia que estava crescendo a cada ano. Cursou canto orfeônico no Rio de Janeiro sob orientação de Villa- Lobos e piano com João Baptista Julião, em São Paulo. “O minirrecital homenageia a Dona Fifia com destaque para o canto de coral, pela importância dela no ensino à frente dos coros do Conservatório Goiano de Música (1956-60), da Escola Técnica Federal (1955-76) e, de 1960 a 1983, do Coral da Universidade Federal de Goiás (UFG).

É uma das pessoas que formou vários regentes e o repertório criado por ela ainda hoje é tocado na nossa escola”, comenta a professora Flávia Cruvinel, coordenadora da programação dos 70 anos da Escola de Música da UFG. A relação de Dona Fifia com a música vem de berço. É filha de Julio Alencastro Veiga, violinista da Orquestra Ideal, que fazia trilha sonora para o cinema mudo da época. Aos 4 anos, Maria Lucy começava a estudar música, que sempre fez parte do cotidiano de sua casa, que recebia os ensaios da orquestra.

“Ela é inspiradora. Aos 99 anos, ainda toca de ouvido. É uma pessoa incrível”, comenta Flávia. Além de musicista e memória viva da construção da formação de música em Goiás, Dona Fifia é mãe, avó e bisavó.

Tem 7 filhos, 11 netos e 17 bisnetos e gosta de aproveitar as tardes tomando um cafezinho e

comendo um biscoito de queijo em seu apartamento no Setor Oeste, pertinho da Praça do Sol. Flávia Cruvinel aponta que o ano de 2026 será marcado por muito mais homenagens à trajetória de Maria Lucy, em razão de seu centenário. “Estamos inaugurando essa série de comemorações que, com certeza, vai acontecer”. Maria Lucy é membro titular da Academia Feminina de Letras e Artes de **Goiás** (Aflag) e da Academia Nacional de Música do Rio de Janeiro.

Como compositora, é autora de hinos como o da Academia Feminina de Letras de **Goiás** e do **Tribunal de Contas** do Estado de **Goiás**, além de ter criado diversos arranjos para coral.

DONA FIFIA: "Eu vou fazer uma palestra sobre o período entre a criação do Conservatório de Música, em 1956, e a criação da Universidade, em 1960" Memória e tradição

Em **Goiás**, Maria Lucy Veiga Teixeira formou diversas gerações de músicos e tem o privilégio de celebrar seus 100 anos de idade junto às sete décadas do corajoso projeto do Conservatório de Música. "Éramos cinco mulheres, todas nascidas mais ou menos na década de 1930. A Escola de Música e, consequentemente, do Conservatório, era um sonho nosso", conta.

Para tirar esse sonho do papel, no entanto, foi preciso uma força- tarefa. Na época, o conservatório não tinha uma sede oficial para funcionar, muito menos recursos para investir na ideia. As primeiras aulas eram realizadas na Faculdade de Direito, localizada na Rua 20, em salas que eram emprestadas durante as tardes e noites. Com a criação da Universidade Federal de **Goiás**, conseguiram incorporar o conservatório à rede de ensino, junto com a Faculdade de Farmácia, Direito e Medicina.

Deu-se início ali o nascimento da Escola de Música e Artes Cênicas, a Emac. "O forte movimento da música no Estado de **Goiás** foi protagonizado por uma figura muito importante, que é Nhanhá do Couto, na primeira metade do século 20. Ela sempre imaginou e desejou uma escola de música forte no nosso Estado, e isso veio a se concretizar por intermédio de um protagonismo forte e muito importante da sua neta, Belkiss", conta Eduardo Meirinhos, diretor da escola. Desde que foi fundada, a Escola de Música tem passado por transformações importantes relacionadas ao seu crescimento, comenta o diretor.

"Atualmente, uma divisão originou uma nova unidade acadêmica, o Instituto de Artes da Cena, e nós voltamos a ser a Escola de Música", diz. "Nós completamos agora os nossos 70 anos em uma homenagem de gratidão às pessoas que protagonizaram a escola grande e forte que é hoje a Escola de Música da UFG. Somente com vistas ao passado é que nós podemos mais firmemente dar os nossos passos em direção ao futuro", destaca. Ao longo do ano, as celebrações seguem.

"A cada mês, vamos convidar um professor ou professora que não está nos quadros ativos para uma palestra, fazendo esse intercâmbio de memória e tradição com as novas gerações", comenta Flávia. "O desemboque vai ser de outubro a novembro, com os Festivais Unificados, que marcam também o fato de a escola voltar a ser somente Escola de Música", adianta.

Evento: 70 anos da Escola de Música - Homenagem a Maria Lucy Veiga Teixeira Data: Nesta terça-feira (10) Horário: 15 horas

Local: Teatro Belkiss Spencière Carneiro de Mendonça - Escola de Música, Campus Samambaia Entrada gratuita

Flávia Cruvinel: "Estamos inaugurando essa série de comemorações"

# Defensoria Pública do Estado quer ampliar seu teto de gastos em R$ 99,5 milhões

Visualização da notícia

A **Defensoria Pública do Estado** (DPE) está em tratativas com a Secretaria de Economia para ampliar seu teto de gastos em 2026 em R$ 99,5 milhões além do limite estabelecido pelo Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos **Estado**s (Propag). Criado pela Lei Complementar nº 212/2025, o Propag prevê que todos os poderes e órgãos independentes devem cumprir isoladamente um teto de gastos , diferentemente do **Regime de Recuperação Fiscal** (RRF), quando o teto era apurado para o conjunto dos poderes.

Pela regra do Propag, ao qual **Goiás** aderiu este ano, a despesa primária anual não pode exceder à do exercício de 2021, corrigido pelo IPCA. Se a receita primária crescer, o limite de despesa pode ser aumentado em 50% do crescimento real, em caso de déficit, ou 70% (resultado positivo).

Em 2021 a DPE executou aproximadamente R$ 76,7 milhões de despesas. Pelo seu teto do Propag, a instituição poderia executar R$ 121 milhões em 2026. Só que o orçamento aprovado para a DPE para este ano é de cerca R$ 220,5 milhões, ou seja, R$ 99,5 milhões a mais do que o teto, segundo informações de sua as**ses**soria de imprensa.

A instituição alega que houve ampliou sua estrutura entre 2021 e 2026 em cumprimento ao artigo 98 das disposições transitórias da Constituição Federal (que traz as regras de funcionamento da instituição), assim como da Emenda Constitucional 80. Segundo a as**ses**soria, a DPE implantou ou expandiu suas unidades na capital, em Aparecida de **Goiânia**, Anápolis, Valparaíso de **Goiás**, Luziânia, Águas Lindas de **Goiás** e Trindade.

Também instalou escritório de representação nos Tribunais Superiores, no Distrito Federal, além de expandir a atuação no Plantão Judicial e do Núcleo Estadual de Garantias, que atende em todo o **estado**.

Esse processo de expansão institucional acompanha o crescimento expressivo da demanda pelos serviços da Defensoria, uma vez que em 2018 foram realizados cerca de 160 mil atendimentos, enquanto em 2025 esse número ultrapassou 1,4 milhão", diz a nota do órgão.

A DPE disse que as conversas com o **governo** ocorrem de "forma institucional e colaborativa", com objetivo de "avaliar soluções técnicas" para "compatibilizar o novo regime fiscal com a continuidade dos serviços pr**estado** s à população". Em nota a este jornal, a Secretaria de Economia também confirmou as conversas.

O diálogo com a **Defensoria Pública do Estado** de **Goiás** sobre os efeitos dessas regras (do

Marco Fiscal da Sustentabilidade) em seu teto de gastos já foi iniciado em nível técnico, com análise dos aspectos fiscais e institucionais envolvidos".

Além da DPE, a Assembleia Legislativa também tenta ampliar em R$ 109 milhões seu teto de gastos para 2026. A ideia do **presidente** Bruno Peixoto é acrescentar o **Fundo** de Modernização da Assembleia Legislativa no orçamento de 2021 para expandir o teto de gastos . O POPULAR apurou que o **Tribunal de Justiça** também está em tratativas com o **Estado**. Já os Tribunais de Contas do **Estado** (**TCE**) e dos Municípios (TCM) e o Ministério Público (MP) têm uma folga entre o cálculo do teto de gastos e seu orçamento.

O **Estado** quer evitar exceções para os poderes e órgãos com orçamentos acima do teto (Assembleia, DPE e **TJ-GO**) ou autorizar o gasto da folga entre o teto e orçamento para não colocar em risco seu programa de saneamento fiscal. É que o bolo orçamentário é um só e se expandir as despesas de um lado o **governo** terá de encontrar meios de compensação no outro lado.

Na Assembleia há quem defenda deixar a decisão sobre o impasse para o futuro governador, Daniel Vilela, que será empossado em 31 de março com a desincompatibilização do governador Ronaldo Caiado. Eles entendem que Daniel será mais flexível que Caiado, que já declarou ser contra alteração dos testos, por ser candidato à reeleição.

# Alego pressiona por mais R$ 110 milhões no teto de gastos

Visualização da notícia

**Presidente** Bruno Peixoto (PRD) e o líder Talles Barreto (UB): teto maior para reajuste a servidores e ações no prédio (Will Rosa / **Alego**)

ouvir matéria

A Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**) e a **Defensoria Pública do Estado** de **Goiás** (**DPE-GO**) são as instituições que mais pressionam o Executivo por uma expansão do teto de gastos de 2026 , a partir da migração do **estado**, que saiu do **Regime de Recuperação Fiscal** (RRF) e aderiu ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos **Estado**s (Propag). O Legislativo mantém uma série de reuniões junto à Secretaria Estadual da Economia em busca de um acréscimo de R$ 110 milhões, o que levaria o limite de despesas correntes para R$ 948 milhões.

Como antecipado pelo POPULAR , a intenção dos deputados estaduais é retomar a inclusão dos valores referentes ao **Fundo** Especial de Modernização e Aprimoramento Funcional da **Alego** (**Fema**l) no montante medido em 2021, que é o ano base para o cálculo do teto de gastos. Sem a mudança, que seria efetivada em Proposta de Emenda à Constituição (PEC), o valor máximo para os gastos, inclusive com pessoal, seria de R$ 838 milhões para este ano.

O valor adicional buscado pela **Alego** é referente aos R$ 70 milhões registrados no **Fundo** em 2021, corrigidos pela inflação e o aumento da receita corrente líquida do **estado** no período. A possível PEC para incrementar os gastos foi anunciada pelo **presidente** da Casa, Bruno Peixoto (PRD) logo antes da abertura dos trabalhos legislativos neste ano, mas as tratativas com a Economia foram iniciadas efetivamente em reunião na última quarta-feira (04) e novo encontro deve ser realizado ainda neste semana.

Criado pela Lei Complementar nº 212/2025, o Propag prevê que todos os poderes e órgãos independentes devem cumprir isoladamente um teto de gastos, diferentemente do RRF, quando o teto era apurado para o conjunto dos poderes. Pela nova regra, a despesa primária anual não pode exceder à do exercício de 2021, corrigido pelo IPCA. Se a receita crescer, o limite de despesa pode ser aumentado em 50% do crescimento real, em caso de déficit, ou em 70%, em resultado positivo.

Com base nos termos do Propag e sem a inclusão das verbas do **Fema**l, o teto de gastos da **Alego** teria aumento de R$ 82 milhões para 2026, em comparação com 2025. A busca pela retomada do **fundo** na base de cálculo ocorreu diante do impacto gerado pela execução de uma decisão do **Tribunal de Contas** do **Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO), de 17 de dezembro, que encerrou a manobra contábil em que a Casa não incluía algumas despesas de pessoal no cálculo do teto.

O Acórdão nº 4539/2025 determinou que gastos com pessoal decorrentes de decisões judiciais relativas a competências atuais e contínuas, como salários, reajustes rotineiros (data base) e auxílio alimentação devem ser executados no item "elementos de despesa específicos de pessoal, e não como sentenças judiciais." De acordo com o acórdão, apenas "despesas relativas a precatórios ou requisições de pequeno valor (RPVs) quitadas em parcela única, cujo fato gerador ocorreu em período anterior ao de apuração do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), devem ser classificadas no Elemento de Despesa 91 - Sentenças Judiciais".

Servidores

O TCE - GO considerou a medida fundamental para "diferenciar gastos atuais de despesas passadas, garantindo que os registros contábeis reflitam a realidade financeira da instituição". Segundo o acórdão, a medida visa promover "maior transparência, assegurar a integridade dos dados e otimizar a gestão dos recursos públicos, facilitando o controle, a fiscalização e o planejamento orçamentário".

O cumprimento da decisão do tribunal de contas gera impacto no teto de gastos da Alego, que, ao invés do incremento de R$ 82 milhões, passa a ter redução de R$ 18 milhões. Além disso, a Casa informa que planeja realizar novos investimentos na manutenção do seu prédio, que teriam sido adiados nos últimos três anos e somariam cerca de R$ 80 milhões.

Os gastos com os pagamentos dos servidores, no entanto, são o principal custo da Alego, que teve R$ 758,6 milhões em despesa bruta de pessoal, dos R$ 944 milhões de despesa total empenhada em 2025, o que representa 80,3%.

Em entrevista ao quadro Na Trilha da Política, na rádio CBN Goiânia, o líder do governo, Talles Barreto (UB) confirmou novas demandas do funcionalismo. "Os servidores já estão há 9 anos sem recomposição salarial", disse o deputado estadual, ao confirmar o movimento interno pela expansão do teto de gastos da Alego.

Defensoria

Já a DPE-GO está em tratativas com a Economia para ampliar seu teto de gastos em 2026 em R$ 99,5 milhões além do limite estabelecido pelo Propag. Em 2021, ela executou aproximadamente R$ 76,7 milhões de despesas. Pelo seu teto do Propag, a instituição poderia executar R$ 121 milhões em 2026. Só que o seu orçamento aprovado para este ano é de cerca R$ 220,5 milhões, ou seja, R$ 99,5 milhões a mais do que o teto, segundo informações da assessoria de imprensa da DPE-GO.

A instituição alega que ampliou sua estrutura entre 2021 e 2026 em cumprimento ao artigo 98 das disposições transitórias da Constituição Federal, que traz as regras de funcionamento da instituição, assim como da Emenda Constitucional 80. Segundo a assessoria, a DPE- GO implantou ou expandiu unidades na capital, em Aparecida de Goiânia, Anápolis, Valparaíso de Goiás, Luziânia, Águas Lindas de Goiás e Trindade, entre outros investimentos.